JE editors

·TALKS·

Acompanhe em direto na plataforma multimédia JE TV, em www.jornaleconomico.pt

Saiba como Portugal pode assumir a dianteira tecnológica e liderar o sector das renováveis.
Esperamos por si!

13 maio | 15h00

Convidados: cleanwatts | efacec

JE O Jornal Económico

ESPECIAL

LÍDERES DA

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

SOLAR É O PRÓXIMO PASSO NAS RENOVÁVEIS

O processo de transição energética em Portugal vai prosseguir este ano com a realização do terceiro leilão para a atribuição de potência de energia solar. Ao Jornal Económico, as principais empresas mostram-se disponíveis para olhar para o caderno de encargos, mas exigem processos claros, e a APREN defende que se olha além do preço, para definir vencedores. Como pano de fundo temos o reforço da ambição dos processos de descarbonização, no ano em que as centrais a carvão vão encerrar definitivamente.

ANÁLISE
Energéticas preparadas para avaliar condições do leilão solar ● II

ENTREVISTA
Pedro Amaral Jorge
Presidente da APREN – Associação de Energias Renováveis
"Preço não pode ser o único critério para os leilões solares" ● IV

FUTURO
Milhões da Europa começam a chegar este ano para o hidrogénio verde ● VI

FÓRUM
O que é preciso para atingir as metas do sector da energia em 2030? ● X

PUB

movhera

ENERGIA QUE GERA VIDA

A Movhera é o segundo maior ator no sector hidroelétrico em Portugal.
Trazemos a nossa energia para um mundo neutro em carbono.

www.movhera.pt

OPINIÃO

Simplex para a energia já

ANDRÉ CABRITA-MENDES
Editor

O sector da energia precisa de um Simplex já. O processo de licenciamento das centrais solares tem se revelado uma verdadeira dor de cabeça para os promotores, conforme se pode ler nas próximas páginas. É verdade que têm sido feitos esforços para reforçar os quadros da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da Direção-Geral de Energia (DGEG), mas a máquina do Estado continua por olear nos licenciamentos. O processo de licenciamento é moroso e várias entidades têm que se pronunciar, incluindo a APA, DGEG, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Entre as várias queixas das empresas ouvidas pelo Jornal Económico, encontra-se precisamente a multiplicação de entidades com que os promotores têm de lidar, o que provoca dificuldades ao nível da centralização da informação e no cruzamento de dados. Uma das sugestões deixadas é o aumento da digitalização, uma forma de agilizar os processos de licenciamento. Outra das exigências das empresas é a necessidade de um plano plurianual para os leilões: Quantos leilões o Governo pretende realizar? Em que datas? Qual a potência a atribuir por ano? Em que locais? Quando é que novas linhas elétricas vão estar disponíveis e em que locais? Estas respostas seriam importantes para ajudar as empresas a prepararem-se melhor para estes processos. A rede elétrica é outra das questões a resolver: precisa de ser reforçada. A preocupação do regulador ERSE tem sido, e bem, reduzir ao máximo os custos, mas a realidade no terreno, e com o fim das centrais a carvão, pede mais investimento na próxima década em particular na região sul do país, onde vai nascer a maior parte dos novos projetos de energia solar. Em suma, os licenciamentos estão a precisar de um verdadeiro Simplex para que as centrais solares não demorem a sair da gaveta. O futuro e a sustentabilidade do país assim o exigem.

ANÁLISE

Energéticas preparadas para avaliar condições do leilão solar

EDP, Galp, Finerge, Akuo e Enel Green Power garantem que vão analisar o caderno de encargos do terceiro leilão de energia solar em Portugal.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
amendes@jornaleconomico.pt

O Governo prevê lançar este ano um leilão de atribuição de potência de energia solar. O terceiro leilão consecutivo vai ter como principal foco a construção de centrais solares no espelho de água de albufeiras em Portugal.

O Jornal Económico (JE) contactou várias das principais energéticas presentes no mercado nacional que garantem que vão estudar o caderno de encargos do próximo leilão quando for divulgado.

A EDP é uma das companhias que garante que está disposta a analisar as condições do terceiro leilão de energia solar.

"Para atrair os grandes *players* do para estas licitações, serão necessárias regras e condições claras. A EDP participou nos leilões portugueses de 2019 e 2020 e vai avaliar as condições dos próximos, quando as regras estiverem definidas", disse ao JE o presidente do grupo EDP, Miguel Stilwell de Andrade.

A elétrica também revela que o seu projeto que venceu no leilão de 2019 vai arrancar no início de 2022. A central de 142 megawatts fica localizada nos municípios de Alenquer e da Azambuja.

Além do projeto saído do leilão, a EDP Renováveis encontra-se a desenvolver outros projetos em Portugal, como as centrais eólicas Tocha II (33 W) no concelho de Cantanhede, e Sincelo (92 MW), nos concelhos de Pinhel e da Guarda.

"O desenvolvimento de capacidade adicional renovável é um dos pilares-chave do nosso novo plano de negócios e Portugal mantém-se como um mercado estratégico para a EDP", destaca Miguel Stilwell de Andrade.

Questionada sobre o leilão vir a contemplar as centrais solares flutuantes, a EDP destaca que há cinco anos avançou com a central solar fotovoltaica flutuante na albufeira do rio Rabagão, no distrito de Vila Real.

"Dado o sucesso deste projeto-piloto, a EDP está a preparar agora uma nova central, em maior escala, na albufeira do Alqueva, reforçando assim a aposta na complementaridade entre a energia solar e a hídrica e num modelo com claros benefícios ambientais e económico", segundo o CEO da EDP.

"A empresa está, por isso, preparada para apresentar propostas em futuras iniciativas - como leilões -, até porque consideramos que os mecanismos de leilões por tecnologia serão fundamentais para dar os sinais corretos aos investidores", destaca.

Já a Galp promete avaliar as condições do leilão assim que for revelado o caderno de encargos.

"Qualquer decisão sobre a participação dependerá, no entanto, da avaliação aos ativos e aos termos e condições associados ao concurso. Essa avaliação será feita oportunamente e se considerarmos que é uma boa oportunidade para a empresa participaremos", afirma Susana Quintana Plaza, COO Renováveis e Novos Negócios da Galp.

A petrolífera está atualmente a desenvolver 495 MW de projetos solares fotovoltaicos em desenvolvimento: 144 MWp em Alcoutim, Algarve, bem como 343 MWp em Ourique, e 8 MWp em Odemira, ambos no Alentejo.

Estas cinco energéticas estão atualmente a desenvolver projetos solares fotovoltaicos com cerca de 1.300 megawatts de potência em vários projetos em Portugal

"Os projetos solares encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento, estimando-se que a capacidade instalada total esteja operacional até 2023, a começar pelo projeto de Alcoutim no início de 2022. O projeto de Alcoutim é composto por quatro centrais fotovoltaicas que se estendem por uma área de 250 hectares. A capacidade de produção anual estimada é de 250 mil megawatts-hora de energia elétrica, o suficiente para abastecer mais de 80 mil famílias e evitar a emissão de 75 mil toneladas de CO2 por ano", explica a gestora da Galp.

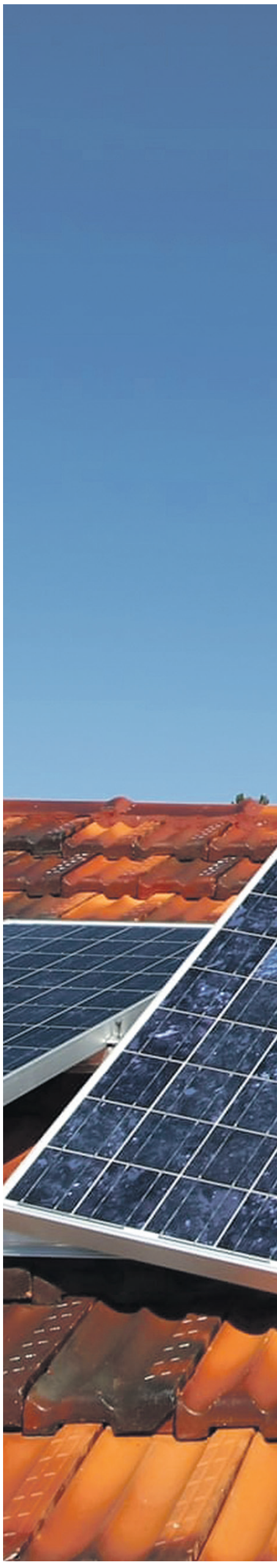
Por sua vez, a Enel Green Power também adianta que está disposta a estudar as regras para o próximo leilão. No leilão de 2020, a Endesa Portugal, que pertence ao grupo Enel, conquistou 99 MW. Este projeto prevê a construção de uma central solar fotovoltaica mais capacidade de armazenamento.

"Aguardamos ainda conhecer as regras e tecnologias involucradas, no entanto, caso sejam as condições adequadas, estamos interessados em participar", disse ao JE Antonio García Gallego da Enel Green Power.

Em relação à possibilidade do leilão contemplar energia solar flutuante, a Enel Green Power considera que "ainda não é uma tecnologia suficientemente madura para obter resultados que ajudem economicamente o sistema elétrico português. Acreditamos que o mais sensato seria que o leilão esteja fortemente baseado em fotovoltaica terrestre.

Mas a elétrica do grupo italiano aponta que está a "avaliar a oportunidade de participar também nesta modalidade, em função da forma como seja proposta (regras de participação, condições económicas, tamanho das centrais...)".

Em relação à central com 99 MW saída do leilão de 2020 localizada na região do Algarve, este projeto "segue o processo de licenciamento de acordo com as datas fixadas no leilão 2020, quando nos foi adjudicado. A data de entrada em operação será determinada



fundamentalmente pela data de disponibilidade da capacidade de evacuação da subestação".

A Finerge é a segunda maior produtora eólica do país em termos de potência com mais de 880 MW. Mas a energética detida pelos australianos da First Sentier Investments já conta com 34 MW de energia solar instalada e está preparada para aumentar a sua presença.

"A Finerge, enquanto *player* relevante do sector, não descarta nenhuma oportunidade/alternativa de crescimento e de contribuir para o cumprimento das metas do PNEC 2030. Temos sempre que ponderar estas participações, seja em Portugal ou noutro país. Dependerá, sobretudo, das regras e modalidade do leilão. Tal como aconteceu com os anteriores", disse ao JE o presidente executivo da Finerge, Pedro Norton.

Em relação à tecnologia solar flutuante, Pedro Norton adianta que a Finerge está sempre atenta a "novos avanços tecnológicos. A prová-lo está o facto de, no final do ano passado, a Finerge ter criado uma área de inovação, dedicada a temas disruptivos no , como é o caso do flutuante, do armazenamento de energia e do hidrogénio".

Fora dos leilões, a energética conta com cerca de 400 MW de "projetos híbridos em desenvolvimento, divididos por múltiplos projetos. Também estamos a desenvolver projetos eólicos no total de 140 MW e ainda dois novos parques solares, no total de 92 MW".

Os franceses da Akuo foram os grandes vencedores do primeiro leilão de energia solar em Portugal em 2019, ao serem a empresa que assegurou mais potência.A elétrica sediada em Paris está a desenvolver três centrais solares no Alentejo com 450 megawatts de potência e promete analisar as condições do leilão.

"Estamos atentos e iremos analisar o futuro caderno de encargos para tomar uma decisão final sobre a nossa participação", afirmou o diretor da Akuo Portugal, João Macedo. Em relação à energia solar flutuante, destaca que já conta com uma central de 17 MW em França, e apesar de serem "projetos desafiantes a nível técnico" oferecem uma "alternativa interessante ao solar convencional numa lógica de integração territorial".

"São projetos mais onerosos, mas o preço não pode ser o único critério. Essa evolução é positiva e reforça que os projetos é que têm de se adaptar ao território e não o contrário", analisa João Macedo.

Em relação aos três projetos que estão a desenvolver no Alentejo, a Akuo disse que os mesmos "estão a avançar". A construção das centrais – uma localizada perto de Estremoz e as outras duas no Gavião –, deverá arrancar este ano para entrarem em operação em 2022.

"O sucesso do leilão será materializado no dia em que começarmos a injetar a energia na rede. Estamos a trabalhar todos os dias para este objetivo", afirma a Akuo.

PROCESSO

É preciso ligar o 'descomplicómetro' no licenciamento

Entre as principais queixas, empresas criticam a morosidade do licenciamento de centrais solares e defendem uma maior digitalização do processo.

As energéticas exigem que o Governo e as entidades estatais liguem o botão do 'descomplicómetro' para desburocratizar o processo de licenciamento das centrais solares fotovoltaicas em Portugal. Várias energéticas contactadas pelo JE deixaram sugestões ao Governo para o próximo leilão de energia solar.

"Um dos temas que gostaríamos de ver revisto é a forma como as diferentes modalidades de remuneração foram comparadas no último leilão. Acreditamos que devem ser colocadas ao mesmo nível, sem favorecimento ou desfavorecimento entre si", começa por dizer o presidente executivo da Finerge.

Pedro Norton também denuncia que as "entidades estão paralisadas" e que o Governo tem de dar atenção com "urgência" a esta questão.

"Tivemos muitos atrasos, sobretudo por incumprimentos dos prazos das entidades licenciadoras com que lidamos", afirma o gestor.

O líder da Finerge também denfende que o processo de licenciamento devia ser mais digital. "A digitalização para controlo de prazos e processos de todas as entidades envolvidas nos processos do sector devia ser já uma realidade, o que infelizmente ainda não acontece".

O responsável também aponta que "existe um número demasiado grande de entidades envolvidas, com dificuldades na centralização da informação, no cruzamento de dados e comunicação entre elas".

Já os franceses da Akuo defendem que o Governo deveria divulgar um plano plurianual sobre as suas intenções para o sector das energias renováveis.

"Do lado dos promotores, precisaríamos de mais visibilidade, planeamento. Era importante ter um plano a três ou cinco anos com o detalhes das capacidades dedicadas a leilões e acordos diretos. Também é importante ter um quadro regulatório estabilizado para o armazenamento que irá ter um papel cada vez mais fundamental", afirma João Macedo, líder da Akuo Portugal.

A Enel Green Power, por seu turno, também deixou sugestões para o próximo leilão.

"A principal melhoria que poderia ser feita ao processo seria a apresentação das regras do leilão, tecnologias e subestações em que a capacidade é leiloada com maior antecedência do que nos leilões de 2019 e 2020, pois permitiriam a todos os promotores que participem, estudar em maior profundidade os projetos, eliminando os seus principais riscos e podendo apresentar propostas mais sólidas", disse Antonio García Gallego, responsável pelo desenvolvimento de negócio em Portugal.

O gestor aponta que uma "maior antecedência ajudaria a reduzir a componente especulativa das ofertas, permitindo que fossem definidas em planos de negócio mais sólidos".

A empresa detida pelos italianos do grupo Enel, donos da espanhola Endesa, também deixa conselhos sobre o desenvolvimento da rede elétrica. "Seria também desejável permitir datas de ligação à rede mais próximas; mas neste caso, a maior limitação é o desenvolvimento da rede em Portugal, sendo essencial alinhar os tempos de desenvolvimento e ligação de novos projetos com o desenvolvimento das redes de transmissão e distribuição".

Por sua vez, o grupo EDP defende a realização de leilões com um grau de exigência cada vez maior.

"A estratégia da EDP e da EDP Renováveis passa por investimentos com perfil de risco baixo, com condições previsíveis e estabelecidas a priori. Acreditamos que o melhor modelo de desenvolvimento de energias renováveis é através de processos competitivos para contratar a venda de eletricidade a longo prazo, com um preço fixo e regras claras", sublinha Miguel Stilwell de Andrade.

"Defendemos também que, tal como acontece na maior parte dos leilões realizados a nível europeu, o nível de maturidade dos projetos a apresentar em leilão deva ser cada vez mais exigente, de forma a melhorar a visibilidade a médio prazo sobre os mesmos", de acordo com o presidente executivo da EDP e da EDP Renováveis. *ACM*

Processos mais simples, maior digitalização, planos plurianuais, ou o desenvolvimento da rede elétrica são algumas das sugestões dadas por várias energéticas presentes no mercado nacional

ENTREVISTA PEDRO AMARAL JORGE Presidente da APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis

Preço não pode ser o único critério para os leilões solares

Com o terceiro leilão à porta, o presidente da APREN diz que devem ser também ponderados critérios como a sustentabilidade na hora de escolher os vencedores.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
INÊS PINTO MIGUEL
JÉSSICA SOUSA
amendes@jornaleconomico.pt

A Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) defende que os leilões de energia solar devem ter mais critérios além do preço mais baixo oferecido por lote. Em entrevista ao Jornal Económico, o presidente da APREN considera que um dos critérios a ter em conta, por exemplo, deveria ser o local de compra dos painéis, para reduzir a pegada carbónica, como já acontece noutros países europeus. Pedro Amaral Jorge também defende a aposta do país no hidrogénio verde, mas com pés e cabeça: uma estratégia que deve ser devidamente planeada.

Como estão a correr os projetos que saíram dos dois leilões de energia solar já realizados?
Temos acompanhado o desenvolvimento dos leilões de 2019/2020 através dos associados que foram adjudicatários nesses leilões. Tivemos um problema no começo da pandemia com o estado de emergência, tivemos uma desaceleração de alguns trâmites administrativos e paragem de contagem de prazos. Mas, ao que parece, parte dos projetos tem seguido o seu curso, e vão ser concluídos mais tarde do que o que tinha sido pensado inicialmente também fruto do EdE e na declaração de força maior em relação aos prazos de execução para o licenciamento ambiental. Mas penso que grande parte dos projetos irão ser implementados.

O Governo falou num novo leilão para este ano. Já sabem alguma coisa?
Não. O objetivo deste leilão é que seja possível produzir hidrogénio ao custo mais baixo possível, é isso que tem de ser fomentado e isso tem uma lógica equivalente ao arranque dos projetos de eletricidade renovável, como o eólico ou fotovoltaico há uns anos. O que temos discutido com a secretária de Estado da Energia está relacionado com estes leilões serem para aproveitar os espelhos de água e as albufeiras onde temos já ponto de ligação à rede elétrica de serviço público e capacidade de receção. O que ficou identificado, e que foi publicado na imprensa também, era a possibilidade de fazer nos corredores das autoestradas A2 e A6 a instalação de painéis e também ao longo de albufeiras onde estão inseridas centrais hídricas, mas não conhecemos muito mais do que isso, nem a potência ainda.

Com o terceiro leilão à porta, que conselhos daria ao Governo no desenho deste concurso? O que deve ser tido em conta?
Temos sempre uma preocupação de fundo: sermos capazes de captar as melhores empresas com capacidade de execução de projetos; que efetivamente consigamos captar a maior fatia possível de investimento privado, nacional e estrangeiro; que isso permita gerar emprego local e nacional para ajudar a retoma da economia e que no fundo, seja um desenho de leilão que tem sido: transparente e objetivo. Na nossa opinião, deveria ter critérios para além do preço. Deveria ter critérios de sustentabilidade e de pegada de carbono e não apenas um critério numérico. A forma como estes projetos vão ser realizados, onde vão ser comprados os painéis, como vai ser feito, devia ser tido em conta como é feito em França e noutros países europeus.

> “Temos que simplificar os processos de licenciamento e ter uma estruturação, modernização e adequação da capacidade das entidades que se pronunciam pelo licenciamento

O Governo também já falou em lançar este ano um leilão para o hidrogénio verde. Já sabem mais pormenores?
Não. O objetivo deste leilão é que seja possível produzir hidrogénio ao custo mais baixo possível, é isso que tem de ser fomentado e isso tem uma lógica equivalente ao arranque dos projetos de eletricidade renovável, como o eólico ou fotovoltaico há uns anos.

Os projetos de exportação de hidrogénio vão ser viáveis?
Acho que os projetos de hidrogénio vão ser viáveis, mas não podemos ter apoios à produção para exportação, isso não faz sentido. É óbvio que hidrogénio que é produzido com mecanismos de apoio tem de ser usado no tecido industrial nacional. Agora, temos condições para: Portugal tem um custo nivelado de produção de eletricidade muito competitivo quando faz a hibridização entre energia solar e eólica. E depois os custos financeiros e de equipamentos são equivalentes a outros países, então 50% dos custos de operação, a eletricidade renovável, são mais baratos em Portugal. Temos condições de produzir para exportar. Marrocos pode ser uma opção, mas para Portugal é mais interessante captar investimento direto para desenvolver o tecido empresarial, gerar emprego qualificado, ajudar a desenvolver as universidades e centros tecnológicos. Temos todas as condições para efetivamente ter a capacidade para exportar hidrogénio verde, mas quando exportamos tem de ser em condições de competitividade equivalentes e sem mecanismos de apoio a produção para o consumo e competitividade quer das indústrias quer o beneficio direto ao consumidor de energia, seja ele de eletricidade renovável, seja o hidrogénio verde.

Faz sentido o projeto de Sines, como ‘cluster’ nacional do hidrogénio verde?
Sim, tem ali três vantagens que devem ser tidas em conta. Temos um porto marítimo, um espaço de injeção na rede disponibilizada pela central a carvão e um grande consumidor de hidrogénio verde que pode ser a refinaria de Sines. Mas os projetos em Portugal não podem, nem de perto, nem de longe, limitar-se àqueles. Quer para consumo das próprias indústrias, quer para a injeção na rede de gás natural, ou até para exportação ou partir de promotores que assim o entendam, não precisamos nem devemos ficar condicionados à utilização geográfica de Sines. Há mais projetos sem ser em Sines que são tão ou mais relevantes porque a produção distribuída, quer seja para auto consumo, quer seja para depois entregar a um comercializador ou vender a clientes, é a força de avançar a descabornização também com os gases.

Em abril, a APREN contestou uma carta enviada ao Governo com 55 subscritores, na qual foram feitas críticas à aposta no hidrogénio...
Parece-me que há um pouco de desinformação. O que se tem dito muita vez é que a tecnologia é imatura. Na realidade, uma central de produção de hidrogénio verde vai ter um centro eletroprodutor renovável – seja eólico, fotovoltaico ou híbrido –, e depois um eletrolisador. A eletrólise da água é uma tecnologia que existe há anos; Portugal tem em larga escala desde 1950. A única coisa inovadora aqui é juntarmos um eletrolisador para consumir potência renovável. Isto é inovador, mas não é imaturo. Quando eu inserir esta massa de produção de eletrolisadores em economias de escala em termos de industrialização posso produzir um Bugatti à mão ou posso produzir um Volkswagen em linha de montagem. Os eletrolisadores hoje são feitos a mão, entre aspas, e vão ter que passar para uma linha de montagem. Enquanto os eletrolisadores não ganharem economias de escala, não se vai entrar na curva descendente. Mas com uma média de 20 euros por megawatt hora [no leilão de energia solar] estamos claramente abaixo dos custos de produção de eletricidade em fontes não renováveis: carvão e gás natural. E temos todas as condições para continuar a reduzir os custos de investimentos em eletroli-

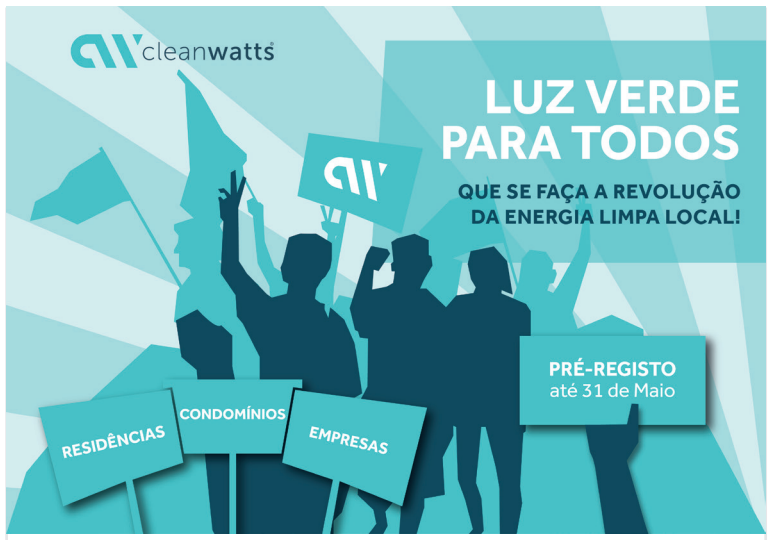
Cristina Bernardo

sadores, com o aumento da sua eficiência, com economias de escala.

Estamos no bom caminho para cumprir as metas do PNEC até 2030?
Temos dois gargalos: um é o processo de licenciamento dos eletroprodutores, onde vai cair os centros de produção de hidrogénio verde. Temos que simplificar os processos de licenciamento e ter uma estruturação, modernização e adequação da capacidade das entidades que se pronunciam pelo licenciamento – a APA, a DGEG, o ICNF, as CCDR – para que se consiga dar um sistema em que o cumprimento da meta dos dois anos, da diretiva das renováveis, seja exequível. Se pensarmos, o PNEC tem cerca de 15 gigawatts novos para instalar, entre os quais, nove fotovoltaicos, 5,4 GW de eólica, os dois GW de hídrica e depois o outro gigawatt. Aí vamos ter que somar a potência que vai ser necessária licenciar para os eletrolisadores (e só de eletrolisadores mais 2.5 gigawatts). O outro é o acesso à rede elétrica de serviço público. Acho que temos que pensar em investir na rede, tanto em hardware como software, em bidirecionalidade, em permitir a instalação de contadores inteligentes que dê para a instalação de sistemas de automação para fazerem o chamado *demand side response*, ou a chamada à procura quando temos algum desequilíbrio entre a produção de eletricidade e o consumo. Estes passos todos têm que ser dados, mas os dois principais são a adequação da rede pública, na componente de hardware e software, para incluir a figura da bidirecionalidade, os consumos locais e também a possibilidade de *demand side response* e o sistema de licenciamento.

A estabilidade do país também é essencial para atrair investidores estrangeiros...
É fundamental termos em Portugal estabilidade legislativa e regulatória neste sector. Temos que adequar e pensar em quem vai investir nestes projetos todos. Vai ser o sector privado, não vai ser o Estado. E o sector privado, para investir em 20 ou 22 gigawatts de potência renovável precisa de um enquadramento estável.

Existe alguma novidade sobre o IPCEI? Como está o processo?
Participei numa reunião para saber como está o projeto. Estamos à espera de saber como é que a Europa vai definir as regras de ilegibilidade para a atribuição de fundos e mecanismos de apoio. Ainda não sabemos exatamente, mas esperamos saber em breve. As candidaturas foram entregues em agosto de 2020. Foram selecionados um conjunto de projetos e neste momento existirá um conjunto que esteja num estágio de desenvolvimento mais avançado que outros, mas imagino que, tendo em conta as condições de produção de eletricidade em Portugal, que temos condições de ter um pontapé de saída. Obviamente, não vamos pensar que Portugal vai suprir todo o hidrogénio necessário em termos de espaço europeu, até porque não tínhamos capacidade territorial para isso, mas Portugal e Espanha nesta nova realidade e paradigma do energético, passaram a ser o espaço geográfico mais rico em termos de potencial de recursos renováveis. Isso vai nos dar uma vantagem competitiva, não só para exportar valor energético para também para captação de investimento estrangeiro até fora do espaço europeu.



CLEANWATTS: A REVOLUÇÃO DA ENERGIA LIMPA

A História mostra que para resolver os maiores desafios da Humanidade precisamos de Revoluções! A nossa capacidade para descarbonizar a energia nos próximos 15 anos irá determinar o destino do nosso Planeta e a sustentabilidade da vida das gerações futuras. Simultaneamente, precisamos de resolver o problema crónico da pobreza energética que afeta mais de 1 bilião de pessoas no Mundo e cerca de 2 milhões em Portugal.

Acreditando no poder das empresas e pessoas organizadas em comunidades, em breve, a Cleanwatts vai lançar em breve uma oferta inovadora que revolucionar o sector de energia em Portugal: eletricidade limpa, local e mais barata do que a eletricidade do seu atual fornecedor! Caso esteja interessado, poderá ainda receber uma oferta para produzir e gerir energia solar para si e para a sua comunidade.

Seja um pioneiro! Visite o site **www.cleanwatts.energy/revolucao-energia-limpa** e faça o pré-registo. Se aderir até 31 de Maio, disfrutará de um desconto adicional no preço da sua energia limpa local.

Com o apoio de

FUTURO

Milhões da Europa começam a chegar este ano para o hidrogénio verde

O Plano de Recuperação e Resiliência vai começar a distribuir apoios já este ano e vai ser lançado um leilão para atribuir apoios. Várias empresas estão já a trabalhar para desenvolver um 'cluster' industrial de H2 verde de Sines.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
amendes@jornaleconomico.pt

Os milhões da Europa vão começar a chegar para o hidrogénio verde este ano. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) conta com 185 milhões de euros para apoiar projetos de hidrogénio verde. Com este apoio, o Governo espera atingir uma capacidade de 264 megawatts (MW) até ao final de 2025.

Estão assim previstos três concursos anuais para os projetos se poderem candidatar, com o primeiro a arrancar entre julho e setembro deste ano. Os outros têm vão ter lugar no terceiro trimestre de 2022 e 2023. Entre as regras, nenhum projeto pode levar mais de 15 milhões de euros de apoio, ou 45% do valor total do projeto.

O Governo também pretende lançar este ano um leilão para apoiar a produção de hidrogénio, conforme consta na medida das Grandes Opções 2021-2025, aprovado em meados de abril pelo Conselho de Ministros.

Segundo o documento, o Governo vai continuar a preparação e apresentação da candidatura dos projetos portugueses aos fundos europeus (Projetos Importantes de Interesse Comum Europeu, ou IPCEI na sigla original).

"Estão já identificados inúmeros projetos de produção de hidrogénio verde e outros gases renováveis (ex.: biometano), sendo que os primeiros projetos surgirão no decorrer de 2021, com particular ênfase nos sectores dos transportes e da indústria, ao mesmo tempo que decorrem os trabalhos para a instalação de um cluster industrial de hidrogénio verde em Sines, estando em avaliação a possibilidade da formação de um segundo cluster a norte do país", segundo o documento.

Um dos projetos que tem merecido maior destaque é o H2 Sines, um consórcio que conta com várias grandes empresas nacionais e parceiros internacionais. O objetivo deste projeto é criar um cluster industrial de produção de hidrogénio verde com base em Sines. Numa primeira fase, o objetivo é instalar um projeto-piloto de 10 megawatts de eletrólise. Depois, até 2030, o projeto poderá "m função de critérios económicos e tecnológicos, evoluir até 1GW de capacidade de eletrólise, suportados, a prazo, por cerca de 1,5GW de capacidade de geração de energia elétrica renovável para alimentação dos eletrolisadores", segundo o comunicado divulgado em julho de 2020. Este projeto foi um dos 37 que mereceram o parecer positivo do Comité de Admissão de Projetos, que integrou responsáveis de vários ministérios e organismos.

A EDP é precisamente uma das empresas que integra este consórcio e aponta que o projeto se encontra numa "fase de análise e desenvolvimento". Este consórcio (que conta com a EDP, Galp, REN, Martifer, Vestas e Engie) tem assim trabalhado na "avaliação das oportunidades de desenvolvimento do hidrogénio verde em Sines", segundo o presidente executivo da EDP. Sobre a candidatura ao IPCEI, "também se aguardam desenvolvimentos", disse Miguel Stilwell de Andrade. Questionado sobre se a elétrica portuguesa está interessada no leilão, o gestor disse que a "EDP avaliará quando conhecer os detalhes deste processo".

Por sua vez, a Galp aponta que o "projeto ainda está numa fase inicial para avaliar a viabilidade do projeto".

"O projeto H2Sines é um dos projetos de grande envergadura avaliados pela Galp, nomeadamente através de parcerias relacionadas com a produção de hidrogénio verde a partir de energias renováveis, tendo em vista a sua associação com a descarbonização de processos industriais e de mobilidade, ou para injeção em gás natural através das redes de distribuição", sublinhou Susana Quintana-Plaza, administradora da Galp com o pelouro das Renováveis e Novos Negócios.

O Plano de Recuperação e Resiliência conta com 185 milhões de euros para apoiar projetos de hidrogénio verde, para serem instalados até 2025, com uma capacidade de 264 megawatts

Sobre o leilão, a gestora da Galp aponta que "está sempre atenta às oportunidades que estejam alinhadas com a estratégia de desenvolvimento do seu portefólio, nomeadamente as que concretizem o objetivo de ter um peso crescente das energias renováveis e que respeitem os princípios de rigorosa disciplina financeira a que aplicamos todos os investimentos da empresa".

Outras empresas energéticas também estão atentas ao sector do hidrogénio verde e às oportunidades em Portugal.

A Enel Green Power destaca que está à "espera de conhecer em pormenor os mecanismos de apoio que vão existir em Portugal, para perceber quais os projetos poderão seguir em frente", de acordo com Antonio García Gallego.

Sobre o leilão de hidrogénio, o responsável da empresa italiana sublinhou que a empresa está a analisar a "possibilidade de participar", mas adianta que vai "esperar para conhecer os detalhes da convocatória, para decidir se ela se adequa estrategicamente na estratégia do hidrogénio verde traçada pelo grupo Enel".

Já a Akuo aponta que também vai aguardar para saber os "detalhes do processo" para perceber como pode ter um "valor acrescentado", sinaliza João Macedo.

A Finerge, por seu turno, garante que "não descarta" a hipótese de participar no leilão de hidrogénio verde, mas avisa que terá ainda de "analisar as condições e modalidades", segundo o presidente executivo da energética, Pedro Norton.

Bloomberg

IMPOSTOS

Mais mil milhões de euros de receitas com fiscalidade verde

Estudo aponta que é preciso alinhar impostos sobre energia com objetivos ambientais.

ANDRÉ CABRITA-MENDES
amendes@jornaleconomico.pt

As medidas de fiscalidade verde podem gerar 1.180 milhões de euros em receitas extra entre 2022 e 2030. Esta é uma das conclusões de um estudo realizado pela Deloitte para a Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN)

O documento já foi entregue pela associação às respetivas tutelas: as secretarias de Estado da Energia e dos Assuntos Fiscais.

"Olhando para o panorama atual, a tributação de energia arrecada cerca de 11 mil milhões de euros por ano. Porém, a cobrança associada às diferentes fontes de energia não está alinhada com as externalidades ambientais que estas geram, nem com os seus teores energéticos. Por outro lado, o sistema tributário atual não incentiva as mudanças necessárias no sistema de energia que são exigidas pelo PNEC 2030", disse Pedro Amaral Jorge, presidente da APREN.

Uma das medidas propostas é a redução da taxa de IVA de 13% para as componentes fixas e variáveis da tarifa da eletricidade. Ao mesmo tempo, a associação defende que a taxa paga mensalmente pelas famílias para financiar a RTP (Contribuição Audiovisual) devia sair de vez da fatura.

O estudo aponta que uma família de rendimentos médios que não adote qualquer medida de transição energética teria um aumento nos seus custos de cerca de 60 euros por ano. Pelo contrário, se a mesma família adotasse medidas poderia alcançar poupanças até 40%.

No caso de uma família com rendimentos baixos, os investimentos em medidas de transição energética poderiam levar a uma redução dos seus gastos anuais entre 3% a 15% devido à redução do preço da fatura da eletricidade.

No setor dos transportes, o estudo defende o aumento gradual do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) no gasóleo para ficar a um nível equiparável ao da gasolina, isto no transporte privado.

Simultaneamente, o documento recomenda que quem compra carro elétrico deve poder fazer uma dedução específica no IRC/IRS.

No caso do Imposto Único sobre a Circulação (IUC), é sugerido que os veículos mais antigos, mais poluentes, devem pagar mais IUC face aos veículos mais recentes, mais eficientes.

Em relação aos edifícios, são sugeridas deduções ao IRS no caso de instalações de bombas de calor, painéis solares para autoconsumo e coletores solares térmicos. Paralelamente, os eletrodomésticos mais eficientes energicamente deveriam pagar menos IVA.

Já na indústria, são propostas deduções de 30% no IRC para empresas que invistam na eletrificação e eficiência energética. No caso do hidrogénio verde, são recomendadas deduções de 20% no IRC para investimentos na área dos transportes.

Entre as medidas propostas, encontram-se a redução para 13% da taxa de IVA para as componentes fixas e variáveis da tarifa da eletricidade e a eliminação da fatura da eletricidade da taxa para a RTP.

PUB

DESCARBONIZAÇÃO

Portugal está no bom caminho, mas ainda tem trabalho a fazer

Energias renováveis e descarbonização das sociedades são incontornáveis e Portugal compara bem com os seus pares, mas pode fazer melhor e o papel do Governo é fundamental para a transformação.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

O recente reforço de 15 pontos percentuais dos níveis estabelecidos pela União Europeia (UE) para a redução da emissão de gases com efeito de estufa para 55%, até 2030, e o regresso dos Estados Unidos da América (EUA) aos Acordos de Paris, com a meta agora definida de uma redução entre 50% e 52%, até à mesma data, são exemplos claros do caminho que está a ser seguido de descarbonização das sociedades – para se atingir a ambicionada neutralidade carbónica em 2050 – e, em consequência, de desenvolvimento das energias renováveis. Os especialistas ouvidos pelo Jornal Económico (JE) consideram que os objetivos propostos são ambiciosos, mas inevitáveis, e que Portugal compara bem com os seus pares no caminho que está a percorrer.

"As energias renováveis representaram 11,4% do consumo energético global em 2019 e estima-se que ocorra uma mudança significativa até 2050", com estas a passarem para a "liderança do abastecimento de energias primárias [o cenário mais ambicioso indica 60% do consumo energético global]. Este indicador mostra-nos o longo caminho que ainda temos pela frente no que toca à implementação das energias renováveis face às fontes tradicionais não renováveis, como carvão, petróleo e gás", afirma Pedro Subtil, partner e Energy Segment Leader da consultora EY.

"Os vários objetivos apresentados são efetivamente ambiciosos, mas essenciais para que se efetive uma maior velocidade de mudança", assinala Pedro Subtil, alertando que, "para os atingir, serão necessários investimentos significativos por toda a economia e sectores de atividade". Bruno Morais Marques, associate partner da consultora Deloitte sublinha, também, a ambição, mas aponta que o tempo acaba por não ser tão longo como parece à primeira vista. "Se pensarmos bem, 30 anos [até ao objetivo da neutralidade carbónica] não é assim tanto tempo, considerando os ciclos de investimento associados a este tipo de infraestruturas, ou o ritmo a que os hábitos de consumo se alteram".

Por isso, os especialistas concordam que os governos têm um papel a desempenhar na aceleração dos processos e na concretização dos objetivos, tanto pela definição do enquadramento, como pela promoção do investimento necessário. "A União Europeia e os governos estão conscientes desta necessidade, há um foco muito relevante no alinhamento com os compromissos internacionais", referem João Ramos, Utilities and Resources Lead Partner, e Cláudia Coelho, Sustainable Business Solutions Director, ambos da consultora PwC. "A atual crise veio alertar para a fragilidade das economias e expôs a vulnerabilidade a temas globais como as alterações climáticas, pelo que muitos países apresentaram novas metas mesmo neste contexto e comprometeram-se a fazer do clima o pilar fundamental dos pacotes de recuperação. Esta questão é visível na relevância atribuída à transição climática no Plano de Recuperação e Resiliência, ou na regulação sobre finanças sustentáveis publicada pela UE, que procura o alinhamento do setor financeiro com os compromissos europeus", sustentam.

Uma das vertentes de intervenção é através da fiscalidade e, neste campo, Ana Chacim, consultora de Tax e Política Fiscal da EY, considera que, "apesar do caminho positivo traçado nos últimos anos, as medidas de natureza fiscal transparecem alguma complexidade e incoerência, acomodando situações de aparente duplicidade tributária, que importa clarificar, sob pena de poderem condicionar um investimento que ainda é necessário para o cumprimento das metas nacionais comprometidas no que concerne às políticas de descarbonização da economia".

É que, além dos impostos tradicionais, o quadro fiscal aplicável ao sector inclui instrumentos relevantes com impacto financeiro nos operadores económicos abrangidos, que tem sofrido oscilações. Exemplo? A Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético, que se mantém e agora inclui também a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis abrangida por regime de remuneração garantida". "Enquanto se aguarda a aprovação do regime jurídico repetidamente prometido nas últimas Leis do Orçamento do Estado, são compreensíveis as dúvidas e incertezas por parte dos investidores", diz Ana Chacim.

PEDRO SUBTIL
Partner, EY, Energy Segment Leader

JOÃO RAMOS
Energy, Utilities and Resources Lead Partner da PwC

BRUNO MORAIS MARQUES
Associate Partner da Deloitte

ANA CHACIM
Consultora de Tax e Política Fiscal da EY

CLÁUDIA COELHO
Sustainable Business Solutions Director da PwC

Boa comparação, mas com trabalho a fazer

Neste processo, Portugal compara bem com outros países. Pedro Subtil aponta que o país subiu cinco lugares no Renewable Energy Country Attractiveness Index de 2020, que mede a atratividade de 40 países pelo seu investimento em energias renováveis, alcançando a 22ª posição. "Ficou, assim, à frente de países como Finlândia, Bélgica, Suécia e atrás da Alemanha e França, por exemplo, mas indicando uma evolução positiva", diz. No entanto, assinala, também, que Portugal contribuiu negativamente para a meta europeia de redução de emissões de CO2, no ano passado, com um aumento de 1%, e que a redução de 17% das emissões de CO2 definidas como objetivo "foram considerados insuficientes pela UE, indicando que esta meta deveria ser mais elevada e ficando Portugal com o desafio de acelerar esta redução".

João Ramos e Cláudia Coelho também referem dados positivos e negativos: o relatório da PwC "Net Zero Economy Index" conclui que o que está a ser feito é insuficiente, "pois apesar da taxa de descarbonização em Portugal ser de 6,3%, um valor superior ao de muitos países, é inferior aos 12% necessários para cumprimento do Acordo de Paris". No entanto, as "políticas e estratégias, como o Plano Nacional Energia e Clima (PNEC), o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) e a Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2), definem o *roadmap* a seguir para alcançar esse objetivo e colocam Portugal numa posição de destaque", dizem.

Essa posição de destaque é, também, uma oportunidade, como considera Mónica Carneiro Pacheco, sócia da sociedade de advogados CMS Rui Pena & Arnaut. "Há quem critique e diga que estamos a fazer demais, mas a verdade é que a transição energética é uma oportunidade de captar investimento, sendo que os investimentos que estão planeados são investimentos privados, não são investimento público, embora possam e devam vir a beneficiar de fundos comunitários que estão previstos precisamente para esse fim", assevera. "Portugal tem o maior potencial renovável do espaço europeu e devemos ter a capacidade de aproveitar esses recursos. Senão perdemos a oportunidade", defende.

MERCADO GLOBAL DE ENERGIA

Notícias sobre a morte do carvão ainda são exageradas

O uso do carvão para a produção de eletricidade está a acabar em Portugal e em declínio no mundo ocidental, mas vai voltar a aumentar na Ásia.

O ano de 2021 vai ficar registado na história do mercado de energia português como aquele em que foi colocado um ponto final na produção de eletricidade a partir do carvão, 36 anos depois de as duas centrais que ainda subsistiam terem iniciado a atividade. A EDP antecipou o encerramento da Central Termoelétrica de Sines para 15 de janeiro e a Central Termoelétrica do Pego será encerrada no final de novembro, aprofundando uma tendência que se verificava, porque o consumo de eletricidade produzida a partir do carvão já tinha caído 58% no ano passado, face a 2019, em Portugal, seguindo a evolução verificada no mundo ocidental.

Em termos globais, o ano passado foi, também, de redução no uso do carvão para a produção de eletricidade, com a descida registada pela Agência de Internacional de Energia (AIE) a atingir 4%, empurrada pelas economias mais desenvolvidas, onde a quebra atingiu os 15%. A menor procura de eletricidade fez com que o carvão perdesse peso no mix energético, em favor das energias renováveis e do gás, que beneficiou de preços baixos. Este ano já será diferente e a AIE refere, no relatório divulgado em abril, a procura por carvão registou já uma forte recuperação, no primeiro trimestre de 2021, "revertendo todas as quebras de 2020", puxada pelo Oriente, com a China a chamar a si mais de metade do aumento global previsto de 4,5%, enquanto as economias ocidentais deverão recuperar apenas um quarto das perdas verificadas em 2020. Ou seja, dois mundos diferentes, com necessidades e evoluções distintas.

"A transição energética tem de ser considerada como um movimento global, mas temos ainda duas realidades distintas: a dos países desenvolvidos, que a lideram, pois resulta de políticas para o sector de energia, com especial foco no aumento de fontes renováveis para a geração de eletricidade, e a dos países onde o consumo final está ainda muito concentrado em combustíveis fósseis [derivados de petróleo, gás natural e carvão]", afirma Mónica Carneiro Pacheco, sócia da sociedade de advogados CMS Rui Pena & Arnaut, em declarações ao Jornal Económico (JE).

MÓNICA CARNEIRO PACHECO
Sócia da CMS Rui Pena & Arnaut

Ao aumento do consumo verificado na China, junta-se o da Índia, para quem a AIE antevê uma subida da procura de carvão de quase 9%, este ano, ultrapassando em 1,9% os níveis de 2019 e sucedendo a um ano de 2020 que marcou "o ponto mais baixo de consumo de carvão em muitos anos", fruto do abrandamento económico e das limitações impostas pelo combate à pandemia.

"Embora a China e a Índia contem com uma elevada participação dos combustíveis fósseis na matriz energética e estejam atrasados na integração das renováveis, em comparação com os países mais desenvolvidos, a verdade é que a China tem mostrado um forte compromisso para a redução de emissões e há diversos planos para o aumento de fontes renováveis", aponta Mónica Carneiro Pacheco. A AIE também reconhece o crescimento da produção de energias renováveis na China. "A China ainda irá aumentar o seu consumo de carvão nos próximos anos [estima-se o pico para 2025, que será também o pico global da procura combustível] e, em simultâneo, é a região do globo em que mais se investe em energias renováveis", aponta Bruno Morais Marques, associate partner da Deloitte, ao JE.

Pedro Subtil, partner da consultora EY e Energy Segment Leader sustenta que "o continente asiático irá continuar a consumir carvão, devido à sua incapacidade de substituir integralmente as energias com origem fóssil por renováveis, mas irá investir cada vez mais em energias verdes". Tendo definido um prazo mais alargado para atingir a neutralidade carbónica [a China planeia atingir esta meta em 2060, e a Índia está a considerar antecipar o objetivo, em linha com a União Europeia e EUA para 2050], estes países têm desenvolvido um conjunto de investimentos em diferentes áreas das renováveis". E exemplifica: "A Índia tem uma capacidade solar instalada de 35 GW, que pretende aumentar para 510 GW em 2030, e que já que já gerou tarifas recorde mínimas em leilões. A China comunicou recentemente que pretende aumentar a capacidade combinada de geração de energia eólica e solar, para pelo menos 1.200 GW, o que irá reforçar a sua liderança global em ambas as energias". ● *RSF*

MERCADO DA ENERGIA CRESCE E SUPERA 2019

A procura mundial de energia caiu 4%, no ano passado, a maior quebra desde a II Guerra Mundial, devido à crise pandémica, que afetou especialmente o consumo de petróleo, que mergulhou 14% face a 2019. As perspetivas de evolução do mercado, especialmente para este ano, mantêm-se incertas, muito dependentes da evolução da pandemia, mas a Agência Internacional de Energia (AIE) espera, baseando-se em projeções feitas a partir de dados estatísticos do primeiro trimestre deste ano, que a procura aumente 4,6% em 2021, assim sejam levantadas as restrições definidas para o combate à Covid-19 e as economias entrem em processo de recuperação. Isto representará um crescimento de 0,5% face ao nível de consumo pré-pandemia. Estas projeções assumem que o produto interno bruto (PIB) mundial cresça e ultrapasse os níveis de 2019, com o consequente aumento da procura de bens, serviços e energia, como apontam as estimativas feitas pelas mais relevantes organizações internacionais. Só que a AIE refere que os transportes e, em particular, as viagens internacionais, continuam "severamente deprimidos", condicionando a evolução do consumo de energia. Mesmo com um crescimento de 6%, o mais forte desde 1976, a procura fica 3% abaixo da registada em 2019. "Se a procura de transporte regressar aos níveis anteriores à Covid [este ano], a procura global de energia aumentará ainda mais, para quase 2% acima dos níveis de 2019, um aumento amplamente alinhado com a recuperação da atividade económica global", aponta a AIE.

FÓRUM

SECTOR DA ENERGIA ANALISA FUTURO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Várias empresas presentes no sector energético nacional analisam o impacto da pandemia, mas também partilham a sua visão sobre o que deve ser mudado em Portugal para que o país consiga acelerar rumo à descarbonização. INÊS PINTO MIGUEL, JÉSSICA SOUSA E ANDRÉ CABRITA-MENDES

1. A PANDEMIA VEIO ATRASAR ALGUM DOS VOSSOS PROJETOS EM CURSO EM PORTUGAL?

2. O QUE É QUE GOVERNO/ ESTADO/REGULADORES PRECISAM DE FAZER PARA PORTUGAL ACELERAR, COM VISTA A ATINGIR AS METAS PREVISTAS PARA O SECTOR DA ENERGIA NO PNEC 2030?

3. FOI ALCANÇADO UM ACORDO PARA A LEI DO CLIMA ENTRE O PARLAMENTO EUROPEU E A PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. COMO ANALISAM ESTE ACORDO?

MIGUEL STILWELL D'ANDRADE
CEO da EDP

1. A pandemia teve um efeito indireto nos nossos projetos. Ainda assim, em virtude do enorme esforço e do trabalho levado a cabo pelas nossas equipas e pelos nossos parceiros, podemos considerar que os impactos são globalmente pouco significativos.
2. Entre outras medidas, destacamos duas ações que nos parecem prioritárias. Por um lado, a simplificação dos processos de licenciamento e, por outro, uma maior articulação entre os vários agentes que participam nestes processos.
3. O acordo alcançado, embora provisório, é bastante ambicioso, já que promete que a União Europeia será neutra em carbono até 2050 e, também, se compromete com uma redução líquida de emissões de gases com efeito de estufa de pelo menos 55% até 2030, em comparação com o ano de 1990. Estas metas são um compromisso sem precedentes e que todos devemos abraçar: nomeadamente, através da descarbonização do sistema de produção de energia, processo com o qual estamos fortemente comprometidos – no início deste ano, a EDP deixou de produzir a carvão em Portugal e vai abandonar esta fonte de energia, a nível global, até 2025; e comprometemo-nos a ser neutros em carbono já em 2030, antecipando esta meta em duas décadas.

SUSANA QUINTANA-PLAZA
Administradora da Galp com o pelouro das Renováveis e Novos Negócios

1. A Galp manteve o seu desenvolvimento estratégico na área das energias renováveis, sem impactos relevantes causados pela pandemia. Neste período, para além de termos concretizado o investimento que nos tornou um dos maiores produtores de energia solar da Península Ibérica, avançámos também com: a criação da empresa EI, Energia Independente para a comercialização de painéis solares que incentivam o autoconsumo de energia solar; o arranque do Flow para a área da mobilidade elétrica, com a criação de um novo polo desta área de negócio em Matosinhos;
o fornecimento de planos de eletricidade 100% verde para nossos clientes; o reforço da capilaridade da nossa rede de pontos de carregamento elétrico, que deverá ultrapassar os mil pontos este ano, incluindo uma primeira rede de pontos de carregamento ultrarrápidos ligando de Norte a Sul do país; o estudo de soluções para posicionar a Galp na cadeia de valor do hidrogénio verde; o estudo e desenvolvimento de parcerias para a cadeia de valor das baterias para veículos elétricos.
Estes são exemplos concretos que materializam a resposta da Galp aos desafios do presente e que posicionam a empresa como líder na transição energética para um mundo mais sustentável.
3. Este acordo é um passo importante para definir o enquadramento da legislação da União Europeia relacionada com a descarbonização, de forma a cumprir o objetivo de tornar a UE neutra até 2050. A Galp está alinhada com esta estratégia de descarbonização e está a adaptar-se para se tornar líder de mercado no novo espaço energético. E com os passos que demos até agora estamos no caminho certo para o sucesso.

ANTONIO GARCÍA GALLEGO
Head of Business Development Portugal, na Enel Green Power

1. Não, não tivemos atrasos significativos em nenhum projeto como resultado da pandemia.
2. Acreditamos que a maturidade económica e a competitividade das tecnologias solar fotovoltaica e eólica terrestre são já indiscutíveis, e que o interesse investidor é mais do que suficiente para garantir o cumprimento dos compromissos do PNEC 2030 e até os ultrapassar. No entanto a maior dificuldade neste momento, é que o desenvolvimento das redes seja ágil o suficiente para acompanhar todos os novos projetos que seriam técnica e economicamente viáveis. Também seria desejável maior agilidade e clareza nos processos de licenciamento dos projetos.

NUNO RIBEIRO DA SILVA
Diretor Geral da Endesa em Portugal

3. Vemos como uma boa notícia a conclusão das negociações entre o Conselho, o Parlamento e a Comissão, oportunamente concluído, o que também permitirá à EU confirmar o seu desígnio de liderança na Cimeira sobre o Clima, convocada pelo Presidente Biden.
Os objetivos fixados para 2030, 2040 e 2050 não nos surpreendem e estão já incorporados na Estratégia da Endesa e do Grupo Enel, assentes na descarbonização e na digitalização. Estamos a fazer o nosso trabalho, nomeadamente através do encerramento das centrais a carvão, substituindo aquela geração tecnológica por soluções sustentáveis, renováveis e não emitentes de gases com efeito de estufa.
Também o empenho em investir e apoiar tecnicamente as famílias e as empresas, na melhoria da eficiência no uso da energia, é um vetor fundamental a contribuir para os objetivos acordados em Bruxelas.

PEDRO NORTON
Presidente executivo da Finerge

1. Tivemos muitos atrasos, sobretudo por incumprimento dos prazos das entidades licenciadoras com que lidamos. É algo a que o Governo tem de dar atenção com urgência.
Estamos conscientes de que a Covid-19 veio dificultar a forma como todos trabalhamos e do elevado número de projetos submetidos a licenciamento recentemente, mas as entidades estão paralisadas. É absolutamente irrealista imaginar que vamos atingir as metas do PNEC com a administração pública a funcionar desta maneira.
2. Promover um menor burocracia na administração pública é essencial. Ao mesmo tempo, a digitalização para controlo de prazos e processos de todas as entidades envolvidas nos processos do setor devia ser já uma realidade, o que infelizmente ainda não acontece. Depois, existe um número demasiado grande de entidades envolvidas, com dificuldades na centralização da informação, no cruzamento de dados e comunicação entre elas.
3. A Europa tem demonstrado uma forte liderança no combate à crise climática e o acordo provisório para a Lei do Clima é, provavelmente, um dos passos mais importantes nesse sentido. A obrigatoriedade legal do cumprimento das metas de energia e clima pressupõe uma maior transparência, monitorização e report do caminho a percorrer pelos Estados Membros, o que nos parece a direção certa para a neutralidade carbónica em 2050. Vemos com bons olhos a meta de reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa em 55% até 2030, mas estamos cientes que nos próximos anos o trabalho terá de ser muito mais sério do que o que foi feito na última década. Se é certo que ainda há muito por fazer ao nível da mitigação das alterações climáticas, consideramos também essencial trabalhar as soluções de sequestro de carbono, tão importantes para reforçar a adaptação e a resiliência das pessoas e dos ecossistemas naturais à crise climática e para proteger a biodiversidade. É precisamente na fronteira entre o clima e a biodiversidade que a Finerge tem centrado a sua estratégia de sustentabilidade.

JOÃO MACEDO
Diretor-geral da Akuo Portugal

1. Alguns processos administrativos atrasaram naturalmente. No entanto, olhando para outros setores, não nos podemos queixar. O setor é muito dinâmico e será fundamental para a retoma económica pós-pandemia.
2. A nível de energia solar, contando com os leilões já concluídos e os acordos diretos que avançaram, acho que o Governo não está longe de atingir as metas! A pressão estará agora mais do lado dos promotores a quem cabe materializar os projectos no terreno e começar a injetar a energia na rede!

PEDRO AMARAL JORGE
Presidente da APREN

3. É a melhor decisão que podiamos ter do ponto de vista do combate às alterações climáticas, e do que isto implica num modelo de desenvolvimento socioeconómico europeu. Acho que vai trazer benefícios, não só a nível ambiental mas também a nível do desenvolvimento socioeconómico do continente porque, se pensarmos um bocadinho, a Europa está a entrincheirar entre o modelo económico competição por custo do lado asiático e o modelo de inovação de sistemas financeiros e tecnológicos do outro lado do Atlântico. Este modelo socioeconómico, se tivermos a habilidade de o conseguirmos implementar, vai permitir criar um equilíbrio no desenvolvimento da economia, em ter menos outsourcing para para localidades e localizações remotas, promover mais o emprego no espaço europeu e isso vai até provavelmente ajudar a resolver problemas de migração legal porque estamos, no fundo, condicionados investimentos ao Estado e ao continente europeu, e isso vai gerar mais riqueza aqui. Isso vai requerer mão de obra vinda de outras partes do mundo e, para além disso, vai nos dar a possibilidade de desenvolver aqueles 3 pilares da economia que a Comissão Europeia anunciou (transição digital, transição energética e cidadania europeia no centro). É óbvio que ainda temos muita coisa para resolver ao nível da imperfeição da União Europeia, mas já vivi em muitas partes do mundo e prefiro esta imperfeição que nós vivemos no espaço europeu do que as imperfeições de outras geografias onde já vivi. Acho que temos de preservar a nossa identidade enquanto portugueses inseridos no espaço europeu, dos quais temos um conjunto de vantagens que beneficiamos, mas temos que lutar para competir com o resto dos países da União Europeia.

SOFIA PINTO BARBOSA
MD Capital Services and Energy Policy da Cleanwatts

3. A Lei do Clima é um elemento central do pacote verde europeu e assinala um ponto de não retorno para uma economia neutra em carbono em 2050. Esta lei coloca uma responsabilidade acrescida em todos nós – governos, empresas e cidadãos - para acelerar a transição energética através das nossas decisões e comportamentos. Não há tempo a perder. A Cleanwatts está empenhada em dar o seu contributo para esta missão apoiando o processo de descentralização e democratização da energia. As comunidades de energia renovável que estamos a implementar oferecem energia verde, económica e de origem local, permitindo que cidadãos e empresas possam ativamente contribuir para a economia sustentável que todos almejamos. Esperamos também que este passo de gigante da Europa sirva de inspiração para outros líderes e regiões do mundo.

ÂNGELO RAMALHO
Presidente executivo da Efacec

3. A Efacec congratula o acordo alcançado que permitirá à União Europeia liderar o caminho para a descarbonização da economia global até 2050, assim como saúda o aumento da meta de redução das emissões de gases de efeito de estufa da União Europeia para 55% em 2030. Este acordo é um marco que será muito benéfico para Portugal, pois contribuirá para evitar os piores efeitos das mudanças climáticas, promovendo uma recuperação económica sustentável e competitiva no contexto da pandemia de Covid-19. Em 2020 a Efacec integrou o grupo de mais de 150 empresas europeias e instituições de negócio e investimento, que numa carta aberta dirigida aos chefes de Estado da União Europeia e à Comissão Europeia apelaram à ambição estabelecida no Acordo Verde Europeu (Green Deal) e o estabelecimento da meta de redução de emissões de gases de efeito estufa de menos 55 por cento até 2030.
O acordo é relevante para proporcionar uma recuperação mais resiliente em termos climáticos e regenerativa face aos impactos da pandemia de Covid-19, e para afirmação da União Europeia na liderança climática internacional na corrida até a COP26 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas).

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA

edp

UM MUNDO MAIS VERDE
COMEÇA NAS PESSOAS

13 anos consecutivos no topo das empresas
mais sustentáveis do mundo

A EDP é a empresa portuguesa que há mais anos integra os Índices Dow Jones de Sustentabilidade.
O reconhecimento natural de quem está no caminho certo para um planeta mais sustentável
que queremos preservar para as próximas gerações.
Porque o futuro da humanidade depende cada vez mais do que fizermos agora.

EDP.COM

PUB

trustenergy

ENERGIA PARA O FUTURO

A TrustEnergy é um grupo empresarial com uma forte presença no sector da energia em Portugal, que baseia a sua atividade na produção de eletricidade através da exploração de um portfólio diversificado de fontes de energia, possuindo ativos com fiabilidade e desempenho comprovados.

Com uma capacidade instalada total de cerca de 3 000 MW, a TrustEnergy é o segundo maior player no sector elétrico nacional e o quarto no segmento eólico.